

Estratégia de Paisagem

Alto Rio Poti, Piauí



Foto: Paula Cinquetti/Acervo ISPN

ESTRATÉGIA DE PAISAGEM

ALTO RIO POTI, PIAUÍ

Projeto Oitava Fase Operacional do Small Grants Program no Brasil - Fundo
Ecos (SGP/GEF)

Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

APA	Área de Proteção Ambiental
CFM	Centro de Formação Mandacaru
CGN	Comitê Gestor Nacional do Fundo Ecos
COMDEKS	Community Development and Knowledge Management for the Satoyama Initiative Programme
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente (<i>Global Environment Facility</i>)
ha	Hectares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
OBC	Organização de Base Comunitária
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SGP	Small Grants Program
t	Tonelada

Sumário

1. Apresentação	1
2. Área prioritária	3
3. Análise de Situação	6
4. Estratégia da Paisagem	7
5. Potenciais projetos comunitários e critérios para seleção de projetos	10
6. Plano de Monitoramento e Avaliação	14
7. Plano de Gestão do Conhecimento	15

1. Apresentação

O Fundo Ecos é um mecanismo independente, que oferece financiamento diretamente a organizações da sociedade civil, com foco principal em povos e comunidades tradicionais, indígenas e agricultores familiares, visando a promoção de iniciativas comunitárias, com um enfoque particular nas necessidades e potencialidades locais, nos direitos e nas culturas daqueles que historicamente mais têm contribuído para a conservação ambiental por meio do uso sustentável dos recursos naturais, gerando benefícios econômicos e sociais.

O Fundo Ecos começou como sendo a versão brasileira do Small Grants Program do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF) – nomeado em português como Programa de Pequenos Projetos Ecosociais, e teve o GEF como único doador por cerca de 15 anos. A partir do ano de 2013, o fundo passou a receber recursos de outras fontes, como Fundo Amazônia e União Europeia.

O ISPN, por meio do Fundo Ecos, executa a Oitava Fase Operacional do *Small Grants Program* no Brasil, entre 2025 e 2029, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Neste contexto, o Fundo Ecos atua com quatro paisagens prioritárias onde serão apoiados projetos estratégicos, pequenos projetos e projetos de consolidação. Os parceiros institucionais estratégicos serão responsáveis por apoiar na construção dos projetos de organizações de base comunitária (OBC) e organizações de assessoria e na execução e monitoramento desses projetos. Os parceiros estratégicos têm o papel central, ainda, na interação entre os diversos projetos da paisagem, na articulação política e na construção de capacidades dos atores sociais dos territórios em questão.

As quatro paisagens foram definidas pelo Comitê Gestor Nacional (CGN) do Fundo Ecos como paisagens prioritárias a partir de critérios previamente estabelecidos, sendo estes: (1) presença de parceiros locais fortes que possam apoiar a execução dos projetos; (2) possibilidade de alavancar contrapartidas (cofinanciamento); (3) situação socioambiental da região; e (4) logística de acesso. Nessa definição das quatro paisagens, o CGN buscou também um equilíbrio entre os biomas Cerrado e Caatinga e entre os Estados. São elas:

- Alto Rio Poti, PI
- Oeste da Bahia, BA

- Cerrado do Sul do Maranhão, MA
- Territórios Kaiowá e Guaraní, MS.

As ações a serem desenvolvidas em cada paisagem são orientadas por documentos denominados “Estratégias de Paisagem”. Estas estratégias de paisagem visam resumir os principais problemas socioambientais das áreas e definir quais ações o projeto irá apoiar e promover no sentido de melhorar a resiliência destas paisagens. As Estratégias de Paisagem são organizadas em 6 partes:

1. Área prioritária - descrição da extensão e geografia da paisagem;
2. Análise de Situação - ameaças e oportunidades;
3. Estratégia da Paisagem - indicadores de resultados e impacto;
4. Potenciais projetos comunitários e critérios para seleção de projetos;
5. Plano de Monitoramento e Avaliação; e
6. Plano de Gestão do Conhecimento.

As Estratégias de Paisagem foram elaboradas a partir de consultas realizadas durante a preparação do Projeto Oitava Fase Operacional do SGP no Brasil - Fundo Ecos, entre 2024 e 2026. Nessas consultas, foram levantadas informações sobre os problemas e dificuldades enfrentadas pelas comunidades locais (incluindo segurança alimentar, acesso à água, qualidade dos solos, desafios relacionados à produção, desigualdade de gênero e acesso às políticas públicas, entre outras), as ameaças aos ecossistemas e à biodiversidade, a presença de outros projetos em andamento relacionados à temática socioambiental e possibilidades de parcerias com instituições locais e regionais. A partir dessas informações, foram elencados os temas prioritários a serem apoiados pelo projeto e as bases para um entendimento comum sobre a situação de cada paisagem. O presente documento traz, portanto, as informações colhidas para a paisagem Alto Rio Poti que constituem o cerne desta Estratégia de Paisagem.

A oficina de consulta aconteceu de forma presencial na Paisagem Alto Rio Poti nos dias 13 e 14 de janeiro de 2026, e envolveu 23 participantes de comunidades e organizações dos municípios de Pedro II, Milton Brandão e Juazeiro do Piauí.

Esta oficina teve como objetivo geral realizar diálogo com atores locais da paisagem Alto Rio Poti para levantamento dos problemas socioambientais, construção participativa das estratégias de ação para o desenvolvimento sustentável do território e validação do mapa de abrangência da paisagem. Quatro grupos foram segmentados para levantar os principais problemas socioambientais que afetam as comunidades e seus territórios e pensar em ações estratégicas e iniciativas comunitárias que pudessem contribuir para a superação desses problemas. Foi realizado momento de diálogo a respeito das principais características ambientais, sociais e econômicas dos municípios que compõem a paisagem; da produção agrícola e criação de pequenos animais; das atividades econômicas e produtivas desenvolvidas nas áreas naturais de Caatinga; da comercialização dos produtos; da organização comunitária; dos principais projetos e iniciativas e seus impactos; e dos principais parceiros das comunidades.

A partir dos pontos levantados, os atores puderam identificar os principais conflitos e os principais problemas que acometem o território e priorizar ações estratégicas para incidir nesses problemas.

2. Área prioritária

A paisagem do Alto Rio Poti se situa no Bioma Caatinga, a maior região de florestas tropicais secas da América do Sul. Como a paisagem se localiza numa das bordas do bioma, traz especificidades de abarcar também áreas de baixada sazonalmente úmidas, dominadas pela palmeira carnaúba (*Copernicia prunifera*). Ao norte, faz transição com a região dos cocais, com presença da palmeira babaçu (*Attalea phalerata*). A região da Serra da Ibiapaba, que abarca parte da paisagem, é reconhecida como local onde há a intersecção dos Biomas Caatinga, Mata Atlântica e Cerrado e faz parte da Área de Proteção Ambiental Federal (APA) Serra da Ibiapaba, criada em 1996 na biorregião do complexo da Serra Grande, abrangendo os estados do Ceará e do Piauí.

Dentro da bacia do Alto Rio Poti, as sub-bacias dos rios Capivara e Parafuso, nos municípios de Milton Brandão, Pedro II e Juazeiro do Piauí, são de especial atenção ao projeto.

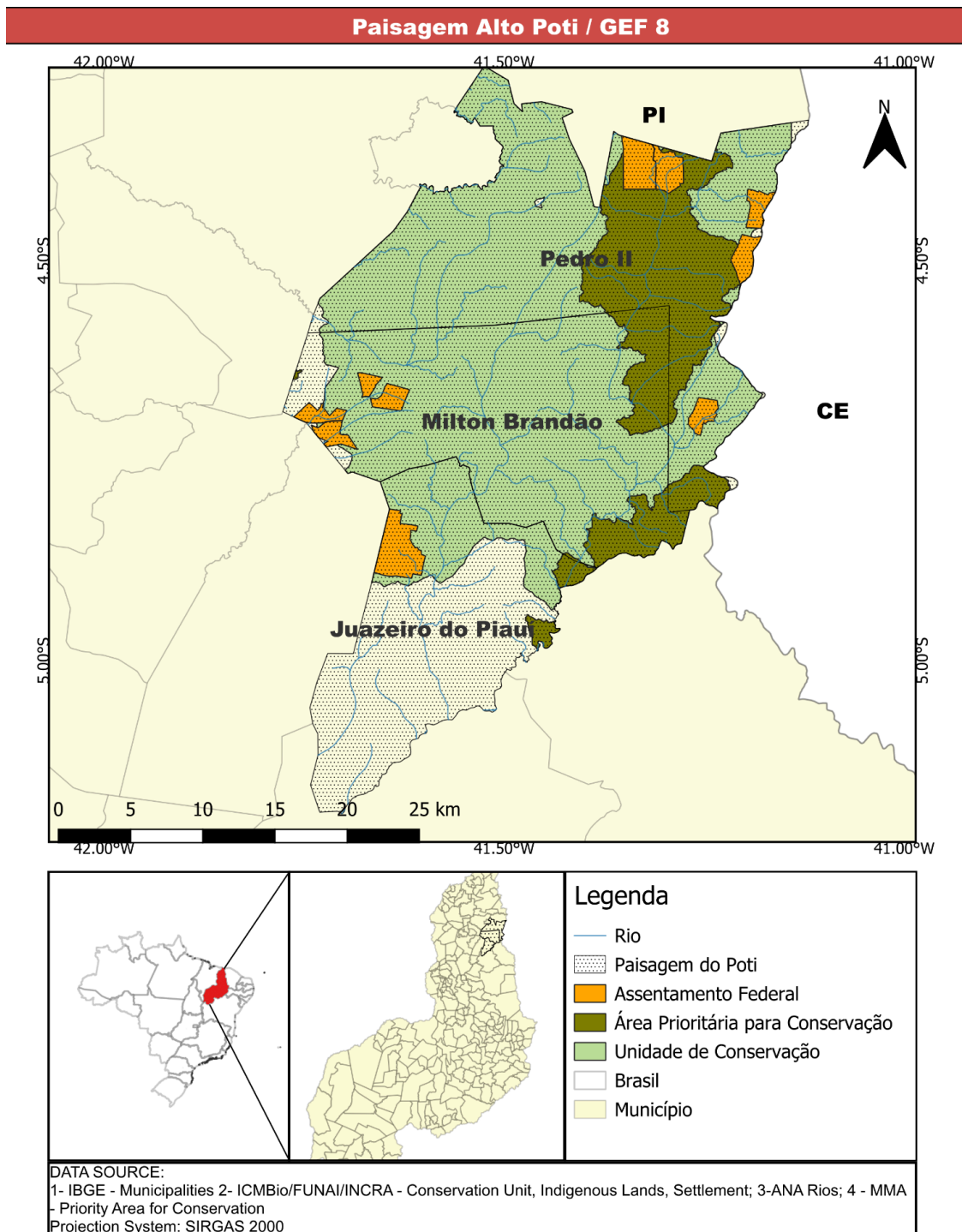
A Tabela 1, a seguir, apresenta os dados referentes à população urbana e rural, bem como a área dos municípios que compõem a paisagem:

Tabela 1. Informações sobre população e área dos municípios que compõem a Paisagem Alto Rio Poti, PI.

Municípios	População estimada (IBGE 2025)	População Urbana (IBGE 2022)	População Rural (IBGE 2022)	Área do Município (ha) (IBGE 2022)
Juazeiro do Piauí	5.308	1.786	3.428	93.540,40
Milton Brandão	6.681	1.947	4.595	130.912,80
Pedro II	39.894	23.706	14.188	154.437,30

As porções desses municípios que fazem parte da Bacia do Alto Rio Poti e compõem a paisagem do projeto são identificadas no mapa a seguir.

Mapa da Paisagem Alto Rio Poti.



3. Análise de Situação

Ameaças e Oportunidades

A Paisagem do Alto Rio Poti, no estado do Piauí, situa-se nas bordas do Bioma Caatinga, abarcando também áreas de baixadas úmidas sazonalmente, com forte presença da palmeira carnaúba, de grande valor simbólico para a região Nordeste. Ao Norte, faz transição para a região dos Cocais, onde predomina a palmeira do babaçu. Áreas de três municípios compõem a Paisagem: Pedro II, Juazeiro do Piauí e Milton Brandão.

Nessa paisagem, é implícita a presença da agricultura familiar, a interligação e as trocas entre os espaços cultivados, os quintais e a vegetação natural da Caatinga, onde há a utilização cíclica de áreas para implantação das roças, extração de madeiras para diversos usos (construções, cercas, lenha etc.) e pastoreio de animais, principalmente caprinos. O quintal das casas é um importante espaço produtivo, tanto para frutas, provenientes de árvores como manga e caju, entre outras, quanto para hortaliças e temperos. São nessas roças que são plantadas e colhidas culturas como milho, feijão, mandioca, jerimum e melancia, que não têm um intuito direto para a comercialização, e sim para a segurança alimentar das famílias. Nesses espaços, são colhidos esses alimentos. Esse cultivo só é possível ao longo de todo o ano, sendo uma prática que vem sendo ampliada devido à existência de tecnologias como cisternas para armazenar água no período da seca.

Pequenos animais, como galinhas, capotes, porcos e ovelhas, também são componentes importantes do agroecossistema e da renda familiar. O estrume dos animais é insumo para a produção vegetal, principalmente das hortas, que vêm sendo ampliadas com a disponibilidade de tecnologias para armazenar água no período da seca. Quanto à alimentação dos animais em períodos críticos da seca, há várias experiências exitosas com a preparação de ração a partir de misturas de produtos agrícolas locais com frutos e sementes de plantas da Caatinga.

A paisagem é marcada por manifestações culturais, como a farinhada, que reúne famílias para a produção de farinha de mandioca em um evento comunitário. Os profetas e profetisas da chuva são agricultores que detêm o conhecimento popular para prever os ciclos da chuva através da leitura de sinais da natureza. Essas manifestações mostram a verdadeira herança cultural que ainda está enraizada na paisagem.

As intervenções antrópicas diretas na paisagem têm colocado a segurança alimentar e os sistemas agrícolas em risco. A principal causa é o avanço da expansão do agronegócio, o manejo inadequado de recursos naturais e a ausência da implementação de políticas públicas nos territórios. A chegada do agronegócio (especialmente soja e gado) tem provocado desmatamento, uso intensivo de agrotóxicos e ameaças diretas à fauna e à flora locais. Há também preocupação com o uso de sementes transgênicas de milho e feijão, que substituem as variedades crioulas.

A escassez de água e o secamento de açudes também constituem desafios para as comunidades. Esse cenário é agravado pelo desperdício de água, pelo uso de técnicas de irrigação inapropriadas e pela ausência de medidas de proteção das nascentes (“olhos d’água”), que sofrem ameaças com a proximidade de terras adquiridas pelo agronegócio. Soma-se a esse contexto a ausência de um zoneamento ecológico municipal capaz de orientar o uso e a ocupação do território e de contribuir para evitar o avanço desordenado de atividades produtivas sobre áreas ambientalmente sensíveis.

Também são identificadas limitações na atuação e fiscalização dos órgãos ambientais competentes diante de problemas diversos. O acesso aos mercados institucionais constitui uma das principais estratégias de comercialização para as comunidades, embora ainda existam desafios relacionados à burocracia e a questões políticas.

4. Estratégia da Paisagem

Existem três aspectos definidores do conjunto de metodologias da Iniciativa Satoyama (COMDEKS) que o Fundo Ecos irá integrar em suas atividades durante o Projeto Oitava Fase Operacional do SGP/GEF no Brasil:

- As organizações comunitárias orientam as estratégias de desenvolvimento rural por meio do planejamento, governança, execução e monitoramento de projetos;
- A governança participativa da paisagem representa uma base eficaz para a organização de abordagens baseadas na comunidade e de múltiplas partes interessadas para a gestão da terra e dos recursos;
- As soluções integradas são efetivamente abordadas no nível da paisagem, pois a escala é grande o suficiente para incluir várias comunidades,

processos e sistemas que sustentam os serviços ecossistêmicos, a produção econômica rural e as culturas locais.

Dessa forma, a estratégia de implementação do Fundo Ecos envolverá a assistência a organizações comunitárias na execução e coordenação de projetos que gerarão sinergias ecológicas, econômicas e sociais que produzirão benefícios ambientais globais maiores e potencialmente mais duradouros, bem como maior capital social e benefícios de desenvolvimento sustentável local.

Em cada uma das quatro paisagens-alvo, o Fundo Ecos apoia um ou mais projetos estratégicos e cerca de 10 projetos, incluindo pequenos projetos e projetos de consolidação. Todos os projetos - pequenos, consolidação e estratégicos - atuam de forma integrada no sentido de ampliar a resiliência da paisagem e garantir o enfoque de gênero em todas as ações realizadas de acordo com as ações descritas na Estratégia de Paisagem. O suporte do parceiro estratégico se dá por meio de um projeto estratégico elaborado pela organização parceira, a partir de uma Carta Convite ou de um Edital Restrito em que são explicadas as principais atribuições, resultados esperados e entregas.

Os parceiros estratégicos locais selecionados desempenham um papel fundamental na implementação da Estratégia de Paisagem; promovendo a integração entre todos os projetos apoiados na paisagem, capacitações, intercâmbios e incidência política. Outras atividades que podem ser lideradas pelo parceiro estratégico são intercâmbios entre agricultores, feiras de sementes locais ou regionais, oficinas temáticas e capacitações, entre outras. Cabe também ao parceiro estratégico desenvolver iniciativas piloto com tecnologias consideradas inovadoras ou pouco conhecidas na região, mas que demonstram potencial para uma aplicação mais ampla.

Essas organizações estratégicas são importantes ainda no apoio às organizações de base tanto na construção como na implementação dos seus projetos. Na fase de implementação dos projetos, o parceiro estratégico tem o papel de apoiar no monitoramento dos projetos, fornecendo assistência técnica e administrativa, principalmente às organizações comunitárias que apresentam fragilidades de gestão. Também são responsáveis por auxiliar o ISPN no monitoramento dos resultados alcançados, o que é essencial, considerando que muitas organizações menores podem ainda não ter uma boa capacidade administrativa e organizacional suficientes, necessitando de acompanhamento para aprimorar suas habilidades e competências nessa área.

Para alcançar impactos na escala da paisagem, o projeto estratégico fomentará em cada paisagem uma “plataforma multissetorial de parceiros” (ou,

simplesmente, uma rede de parceiros). O parceiro estratégico de cada paisagem tem o papel de ser um impulsionador institucional, com a responsabilidade de animar a rede e apoiar seu funcionamento para manter uma estratégia de diálogo estreito entre comunidades tradicionais e agricultores familiares e seus parceiros institucionais, sejam estes governos locais, universidades ou organizações da sociedade civil. Além de ser um fórum para discussões e debates em nível de paisagem, pode funcionar como um espaço para divulgar experiências, lições aprendidas e as melhores práticas de iniciativas anteriores, visando sua ampliação ao longo do projeto.

No contexto da rede, o parceiro estratégico é responsável por promover discussões, oficinas e outros eventos em que o planejamento no nível da paisagem esteja em destaque. Os diferentes atores interessados se reunirão para um processo participativo de tomada de decisão, buscando estabelecer acordos que resultem em apoio a sistemas multifuncionais de uso da terra, paisagens mais resilientes e com conectividade ecológica, no contexto do desenvolvimento sustentável e da proteção e mitigação socioambiental das mudanças climáticas.

Na medida em que o projeto se desenvolver, as plataformas multissetoriais também funcionarão como fóruns para a apresentação, discussão e disseminação dos resultados do projeto. Outro papel dessa plataforma é articular potenciais parceiros e programas para ampliar os mercados para os produtos da sociobiodiversidade encontrados na paisagem, além de visar uma maior incidência política dando mais visibilidade aos problemas enfrentados pelas comunidades.

Na Paisagem Alto Rio Poti, PI, vale salientar que o Centro de Formação Mandacaru (CFM) foi selecionado como parceiro estratégico durante a Sétima Fase Operacional do SGP no Brasil, mantendo-se esse apoio durante a execução da Oitava Fase Operacional do SGP no Brasil. O Centro de Formação Mandacaru é uma organização com vasta experiência, fundada em 1991, com a missão de promover a cidadania no semiárido brasileiro, apostando na educação contextualizada, na agroecologia e justiça social. Ao longo dos seus 35 anos de existência, construiu uma relação de parceria com as diversas associações e comunidades dos municípios abrangidos pela Paisagem Alto Rio Poti.

Os projetos implementados na Paisagem do Alto Rio Poti durante a Sétima Fase Operacional mudaram a história das associações envolvidas porque, para a maioria delas, foi a primeira vez que captaram e implementaram um projeto. A execução de projetos trouxe resultados positivos e de grande relevância para a paisagem, como na Cadeia da Mandioca, que foi fortalecida por meio da

construção de seis Casas de Farinha adequadas às normas da vigilância sanitária e contribuíram para o fortalecimento das tradicionais “farinhadas”. Os projetos também promoveram o resgate e a proteção de sementes crioulas, consideradas importantes para a resiliência climática, além de fortalecer uma rede de casas de sementes e realizar testes de transgenia para garantir a pureza do patrimônio genético local. No âmbito da liderança feminina, das dez iniciativas presentes na paisagem, sete eram coordenadas por mulheres, contribuindo para a autonomia econômica e para a ampliação da participação feminina nos espaços de decisão política das comunidades.

5. Potenciais projetos comunitários e critérios para seleção de projetos

Os temas e ações prioritários levantados na oficina de consulta na Paisagem do Alto Rio Poti em janeiro de 2026, embasaram a construção de um edital voltado às organizações de base comunitária ou de assessoria atuantes na paisagem.

As ações citadas foram agrupadas em:

- Gestão e Organização Comunitária
- Desafios Ambientais e Ações Comunitárias
- Fortalecimento Econômico e Produtivo
- Mulheres e Jovens
- Desenvolvimento Territorial e Acesso a Direitos

O lançamento do edital do Fundo Ecos está previsto para o segundo semestre de 2026, e será supervisionada pelo Comitê Gestor Nacional (CGN), que é composto por representantes de órgãos governamentais, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e da academia. Os proponentes de projetos devem ser associações sem fins lucrativos, OSCIP, organizações não-governamentais, sindicatos ou cooperativas constituídas há, pelo menos, dois anos. Não poderão ser apoiadas organizações governamentais, empresas privadas, pessoas físicas, igrejas, clubes, associações de funcionários públicos e instituições de pesquisa.

Os projetos devem ser genuinamente participativos e buscar a resolução de problemas concretos do território utilizando-se de soluções pensadas e que

façam sentido para a comunidade e que se relacionem com os temas elencados nesta Estratégia de Paisagem.

Os projetos poderão incluir um ou mais temas, mas todos devem demonstrar contribuição para a ampliação da resiliência da paisagem por meio dos temas elencados na Tabela 1.

Tabela 2. Iniciativas estratégicas, possíveis ações e principais indicadores para a paisagem.

Iniciativas Estratégicas	Possíveis ações e atividades	Indicadores
Conservação ambiental e gestão dos recursos naturais	Combate ao desmatamento, incêndios, caça e extração ilegal de madeira; recuperação de áreas degradadas e reflorestamento; proteção de nascentes e recursos hídricos; campanhas de educação ambiental; criação de zonas de proteção ambiental; conscientização sobre descarte adequado de resíduos e reciclagem.	• Hectares de áreas conservadas ou recuperadas; • Número de nascentes, rios ou áreas protegidas; • Número de ações de prevenção e combate a incêndios, desmatamento e extração ilegal; • Número de pessoas capacitadas em gestão ambiental; • Número de comunidades envolvidas em ações de conservação; • Quantidade de resíduos destinados adequadamente;
Água, saneamento e adaptação climática	Preservação de rios e nascentes; instalação de reservatórios de água e cisternas; articulação para acesso a políticas públicas de abastecimento hídrico; ações de uso racional da água; fortalecimento da segurança hídrica das comunidades.	• Número de nascentes e rios protegidos; • Número de reservatórios de água e cisternas instalados; • Número de famílias beneficiadas com tecnologias de armazenamento de água; • Número de comunidades com segurança hídrica fortalecida; • Número de pessoas capacitadas para o uso racional da água; • Número de políticas públicas de abastecimento hídrico acessadas pelas comunidades; • Número de ações de uso

Iniciativas Estratégicas	Possíveis ações e atividades	Indicadores
		racional e conservação da água implementadas;
Agroecologia, produção sustentável e soberania alimentar	Implantação de roças e quintais agroecológicos; fortalecimento da agricultura familiar; incentivo ao uso de biofertilizantes e práticas produtivas sustentáveis; fortalecimento das casas de sementes; conservação da agrobiodiversidade e do patrimônio genético; valorização da produção local e da soberania alimentar.	• Número de famílias adotando práticas agroecológicas • Número de unidades produtivas implantadas ou fortalecidas • Número de variedades crioulas conservadas • Quantidade de sementes produzidas, armazenadas ou trocadas • Número de casas de sementes fortalecidas • Número de pessoas capacitadas em produção sustentável • Área manejada com práticas agroecológicas
Beneficiamento, comercialização e geração de renda	Fortalecimento do acesso a mercados institucionais; promoção de feiras e comercialização em rede; oficinas de beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade; valorização dos produtos locais; geração de renda para mulheres e jovens; melhoria das condições de escoamento da produção.	• Número de organizações ou grupos com acesso a novos mercados • Número de produtos beneficiados e/ou comercializados • Número de feiras realizadas • Valor da produção comercializada • Número de famílias com aumento ou diversificação da renda • Número de mulheres e jovens envolvidos nas atividades produtivas • Número de mercados institucionais acessados
Mulheres, juventude e inclusão social	Promoção da participação de mulheres e jovens nas organizações comunitárias; fortalecimento do protagonismo feminino; criação de grupos e comissões de	• Número e percentual de mulheres e jovens participantes • Número de mulheres e jovens em espaços de liderança e decisão • Número de lideranças jovens

Iniciativas Estratégicas	Possíveis ações e atividades	Indicadores
	mulheres; intercâmbios, formações e atividades voltadas à juventude; incentivo à formação de lideranças jovens e à permanência dos jovens nos territórios.	formadas • Número de grupos ou comissões de mulheres e jovens fortalecidos • Número de capacitações realizadas • Número de jovens que permanecem ou retornam aos territórios • Número de iniciativas protagonizadas por mulheres e jovens
Cultura, identidade e valorização dos saberes tradicionais	Valorização das pessoas idosas e dos conhecimentos tradicionais; fortalecimento da identidade comunitária; promoção da troca de saberes entre gerações; reconhecimento das práticas culturais locais.	• Número de práticas e saberes tradicionais registrados ou valorizados • Número de intercâmbios e atividades de transmissão de saberes • Número de pessoas envolvidas em atividades culturais • Número de jovens envolvidos em processos de transmissão de conhecimentos • Número de iniciativas de valorização da cultura e identidade comunitária
Organização comunitária, associativismo e fortalecimento institucional	Fortalecimento das associações e redes locais; incentivo ao trabalho coletivo e a cooperação comunitária; formação em associativismo; assessoria técnica às organizações; fortalecimento da participação comunitária e da gestão organizacional; ampliação da participação da juventude nas entidades.	• Número de organizações fortalecidas • Número de pessoas capacitadas em gestão e associativismo • Número de organizações com instrumentos de gestão aprimorados • Número de redes, fóruns ou articulações fortalecidos • Número de reuniões e espaços de participação comunitária • Número de jovens, mulheres e outros grupos ampliando sua participação na gestão das organizações

Iniciativas Estratégicas	Possíveis ações e atividades	Indicadores
Políticas públicas e incidência política	Ampliação do acesso a políticas públicas; fortalecimento da atuação das organizações e rede da paisagem; capacitação para acesso a programas governamentais e mercados institucionais; incidência política para o desenvolvimento sustentável; conscientização sobre os impactos do agronegócio e grandes empreendimentos; fortalecimento da participação comunitária nos espaços de decisão.	• Número de políticas públicas acessadas pelas comunidades; • Número de organizações participando de espaços de decisão; • Número de propostas ou pautas comunitárias; apresentadas ao poder público • Número de políticas públicas influenciadas pelas ações do projeto; • Número de reuniões, audiências e espaços de incidência realizados; • Número de lideranças capacitadas em incidência política • Número de parcerias estabelecidas com órgãos públicos

6. Plano de Monitoramento e Avaliação

O monitoramento dos projetos conduz a uma “parada para refletir sobre a prática” e a coletar e sistematizar informações que geram evidências e aprendizados voltados a vários usos. Desde a correção de rumos de um projeto em andamento, melhoria da atuação da organização, comunicação dos resultados, até a produção de informações que demonstrem a relevância de investimentos públicos e privados em iniciativas socioambientais e em políticas públicas apropriadas aos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

O monitoramento é fundamental para acompanhar e verificar a realização e as pendências das atividades previstas na fase de planejamento e o alcance dos objetivos e resultados esperados. O ISPN, como parte da sua metodologia de apoio a projetos, capacita e orienta as organizações e comunidades envolvidas nos projetos a monitorarem e avaliarem suas iniciativas, tanto durante todo o ciclo de vida do projeto (desempenho e resultados) como também nos efeitos que o projeto continua a gerar na vida das comunidades e da organização mesmo após o seu encerramento (seus impactos).

Cada projeto apoiado pelo Fundo Ecos é acompanhado por um ponto focal, responsável por monitorar todo o ciclo de vida do projeto, desde sua contratação até seu encerramento. Embora os dados sejam coletados ao longo do projeto, existem períodos específicos para sistematizar essas informações e compartilhá-las com o ponto focal. As organizações parceiras recebem os recursos financeiros em 3 parcelas, que somam o valor total do projeto. A primeira parcela é desembolsada no momento da assinatura do contrato. Para receber as parcelas seguintes, as organizações precisam apresentar relatórios e evidências relacionados à execução financeira e às atividades desenvolvidas. O Relatório do Projeto fornece uma descrição das atividades e despesas já realizadas, e o progresso dos indicadores alcançados até cada período.

A partir desses relatórios é possível alimentar o Sistema de Gestão de Projetos e monitorar os indicadores de impacto de cada projeto e de cada paisagem prioritária. Outras informações complementares são obtidas por meio de visitas técnicas de monitoramento.

O Fundo Ecos, em parceria com as organizações locais e parceiros estratégicos, reúne os dados e as informações coletadas sobre cada projeto, e sistematiza resultados, impactos e aprendizados gerados nas Paisagens Prioritárias. Pelo monitoramento é possível identificar casos positivos, sucessos alcançados pelos projetos, que nem sempre aparecem nos relatórios escritos, mas que podem servir tanto para fortalecer a coletividade na qual foi alcançado, como para inspirar outras experiências comunitárias.

7. Plano de Gestão do Conhecimento

O ISPN define a Gestão do Conhecimento como o processo de sistematização de lições aprendidas e conhecimentos tradicionais no âmbito dos projetos, tendo foco na organização sistemática e na utilidade da informação a longo prazo.

Esse processo é realizado de diversas formas, incluindo cartilhas virtuais, publicações impressas, documentários, podcasts e outras formas de mídia. A abordagem do ISPN enfatiza parcerias com organizações locais e regionais para desenvolver, aprimorar e disseminar metodologias, práticas e tecnologias. Essa estratégia viabiliza a replicação e a adoção mais ampla de soluções práticas.

Visto que o conhecimento gerado nos projetos apoiados pelo Fundo Ecos provém de diversas fontes, é fundamental garantir que o conteúdo seja captado e gerenciado de forma sistemática. Para tanto, o ISPN utiliza a Plataforma Coruja,

uma ferramenta independente para o monitoramento dos projetos apoiados e, por meio de sua estratégia de Gestão do Conhecimento, incentiva os projetos apoiados pelo Fundo Ecos a destinarem recursos e ações específicas para a sistematização de informações. Durante a Oitava Fase Operacional do SGP no Brasil, estão previstos recursos específicos para comunicação e gestão do conhecimento visando fortalecer esse esforço de sistematização.

O conhecimento compartilhado a partir desses projetos é disseminado por meio de intercâmbios de aprendizado, publicações, colaborações acadêmicas e articulações de governança com o poder público. No âmbito específico dos projetos, os intercâmbios trazem a perspectiva de desenvolvimento de conhecimento, como oportunidades de aprendizagem entre pares em vários cenários. As plataformas multissetoriais e redes de parceiros também são espaços de divulgação e disseminação dos conhecimentos gerados ao longo do projeto.

Ao longo dos anos, o ISPN tem publicado uma série de publicações sobre boas práticas no agroextrativismo, o beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade e o associativismo. Mais recentemente, vem trabalhando com mídias sociais e vídeos. Tanto as publicações e mídias podem ser acessadas por meio do site do ISPN (ispn.org.br). O ISPN também investe na capacitação e no fortalecimento dos canais de comunicação dos projetos parceiros, por meio de formações, assessorias e apoio técnico, buscando valorizar e ampliar o alcance e a qualidade das narrativas locais.

O Plano de Gestão do Conhecimento busca dar visibilidade às ações locais realizadas pelas organizações parceiras nos territórios, assim como promover a articulação em rede dos diversos atores sociais envolvidos nas Paisagens Prioritárias da Oitava Fase Operacional do SGP no Brasil.



**Fundo
Ecos**